

Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO¹

Os acontecimentos são entidades temporais que entram em narrativas que, por sua vez, configuram o tempo². cremos, porém, que a selecção e designação do “acontecimento do ano”, no final de cada ano e no início de um novo, reconfigura a temporalidade do acontecimento e confere-lhe um novo estatuto. As dimensões do antes e do depois que a celebração da passagem de ano exalta acentuam o carácter de passado aos acontecimentos eleitos, sem contudo os reportarem a um tempo histórico irremediavelmente volvido, na medida em que são convocados e rememorados no tempo presente ordenado pela memória, ao mesmo tempo que organizam as expectativas do futuro. Isto quando, em cada final de ano, se vive uma temporalidade marcada pela lembrança das coisas passadas e pelas expectativas do futuro que se inaugura (o novo ano).

O que significa, em termos mediáticos, sociais e simbólicos, a selecção pelos *media* dos acontecimentos do ano, a aquisição por parte destes de um tal estatuto e o processo da construção e transmissão mediática de

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VI Congresso SOPCOM, Lisboa, Universidade Lusófona, 14-18 de Abril de 2009; o corpus revisto com a abordagem de M. Halbwachs foi apresentado no Congresso *Comunicação, Cognição e Media – Congresso Internacional de Ciências da Comunicação*, Braga, Setembro de 2009, originando um outro artigo publicado nas actas do congresso.

² O acontecimento é uma entidade temporal por excelência, como salienta Koselleck, situando-se entre o “antes” e o “depois” a partir dos quais ganha o seu próprio sentido: “É preciso um mínimo de antes e de depois para constituir a unidade de sentido que faz de qualquer coisa que se passa um acontecimento” (Koselleck, 1990: 134).

Isabel Babo-Lança
Universidade Lusófona do Porto

ISABEL BABO-LANÇA

uma memória social, são algumas das questões que aspiro abordar. Pretendo tentar perceber se há um acréscimo de sentido, novos estatutos e significação atribuídos aos acontecimentos do ano seleccionados e se os balanços do ano efectuados pelos *media* funcionam como um mecanismo de interpretação e apropriação do tempo histórico e construção da memória colectiva.

Para tal, proponho-me abordar o acontecimento, o tempo e a memória; a temporalidade do acontecimento e a memória social; a construção mediática dos “acontecimentos do ano”, com referência a processos mediáticos de construção e transmissão da memória colectiva.

1. Acontecimento, tempo e memória

Temporalidade do acontecimento e memória social

“O acontecimento é o que ‘advém’ numa certa data e num local determinado” (Bastide, s/d: 129). Único, singular e inesperado, o acontecimento é a irrupção da novidade – é o aparecimento (o princípio, o advento) de qualquer coisa de novo (“l’événement est aussi ‘avènement’ de quelque chose de nouveau” (*idem*: 130)) – e, nesse sentido, introduz a descontinuidade. Falamos em ruptura e em descontinuidade temporal em relação ao tempo vivido ou à experiência humana do tempo, já que, em termos objectivos (e de acordo com a objectividade da ciência), o acontecimento é entendido segundo uma outra noção de tempo que faz abstracção da situação do observador. Nesse caso, é a própria duração que é constituída por uma “série de acontecimentos”, assim como os instrumentos de observação do tempo são sempre sequências observáveis de acontecimentos, como nota N. Elias (1984) e, no caso dos calendários, sequências simuladas de acontecimentos sob uma forma escrita ou impressa.

A descontinuidade supõe a situação de um observador no tempo e uma perspectiva sobre o acontecimento³, ou seja aquele a quem o que aconteceu afectou, seja um indivíduo ou um colectivo, para quem o que adveio teve importância. O acontecimento afecta alguém ou uma comunidade, precisamente porque surpreende, atinge, perturba e porque tem consequências. Serão estas últimas que em termos retrospectivos e narrativos marcarão o seu sentido.

Que acréscimo de sentido terá o acontecimento do ano para ser seleccionado é a questão que nos ocupa, já que pela sua eleição enquanto tal irá angariar um novo estatuto.

Ora, podemos começar por afirmar que a significação do acontecimento social deve-se à sua relação com outros acontecimentos, às significações que lhe são atribuídas pela sua inscrição social e cultural num universo de práticas, regras, convenções e instituições, à experiência pública e ao modo como a sua ocorrência e consequências que dele resultam são interpretadas, apropriadas e vividas. É preciso, por isso, que seja recebido por uma comunidade, que afecte alguém,

³ Como diz Merleau-Ponty: “Não existem acontecimentos sem alguém a quem eles aconteçam e cuja perspectiva finita funda a respectiva individualidade” (1989: 470).

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

que dele advenham consequências, para que lhe seja atribuído um valor que depende de interpretações culturais e históricas. A significação do acontecimento liga-se, portanto, a uma ordem convencional e simbólica, ao mesmo tempo que todo o acontecimento é interpretado e compreendido num horizonte de historicidade.

Todo o acontecimento é uma unidade de tempo delimitada à qual se pode dar um passado e um futuro, enquadrados num “campo de experiência” e num “horizonte de expectativas” (Koselleck, 1990) que são, segundo Koselleck, as próprias condições antropológicas da experiência temporal. É o domínio da experiência humana que possibilita a acessibilidade ao acontecimento presente que pode, enquanto acontecimento passado, ser memorizado, rememorado e reconstruído, ou então antecipado, previsto, esperado como acontecimento futuro. Tratando-se por isso de três modalidades de existência diferentes.

Trataremos da relação que todo o acontecimento, em termos narrativos e de sentido, estabelece com o horizonte de historicidade no qual se enquadram o passado do que aconteceu e o futuro que se espera ou antecipa. Tal reenvio ao passado actualizado conduz-nos a perscrutar a memória que guarda o que aconteceu no tempo, sendo a memória, como dizia Santo Agostinho, “o presente do passado”.

O tempo e a memória

A memória reporta-se ao que aconteceu antes, ao que se passou e que alguém declara recordar-se. Como diz Aristóteles, asserção que Ricoeur (2000) cita, “a memória é do passado”. Se o futuro respeita a conjectura e a expectativa, e o presente a sensação, a percepção e a atenção, a memória reporta-se ao passado. Santo Agostinho diz, precisamente, que “aquilo que o espírito espera, passa através do domínio da atenção para o domínio da memória” (Confissões, Livro XI: 28). Para ele, é na alma que o tempo passa, já que o objecto da expectativa se torna o da atenção, depois o da memória⁴. A memória possibilita a compreensão da passagem do tempo, sendo no presente da consciência que existem os três tempos ou o triplo presente: “Presente das coisas passadas, presente das coisas presentes, presente das coisas futuras” ou “memória presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e expectativa presente das coisas futuras” (*Idem*: 20), sendo o presente do passado a memória, o presente do futuro a expectativa e o presente do presente a atenção.

Da consciência do tempo, em Santo Agostinho, abrimos o nosso ponto de vista à questão da memória social ou colectiva. M. Halbwachs, em *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925), tratou a memória como produto de grupos sociais. Os indivíduos recordam, no sentido literal, mas são os grupos sociais que elaboram aquilo que é “memorável” e a maneira como será recordado e não há recordação que possa ser puramente interior e que só se conserve na memória

⁴ “O papel constitutivo do presente da consciência foi, pela primeira vez, assinalado em toda a sua amplitude por santo Agostinho (Confissões, livro XI)” (Encyclopaediae Universalis, “Temps”, p. 273).

ISABEL BABO-LANÇA

individual. “O tempo, o espaço, a ordem dos acontecimentos físicos e sociais, tal como são reconhecidos e fixados pelos homens do nosso grupo, impõem-se-nos” (M. Halbwachs, 2002: 199).

A memória depende dos contextos sociais e as recordações são construídas por grupos sociais (família, grupo religioso, classe social, etc.), falando o autor em memória colectiva e quadros sociais da memória, na medida em que o pensamento individual se recoloca nesses quadros e participa nessa memória. Os quadros colectivos da memória são “os instrumentos de que a memória colectiva se serve para recompor uma imagem do passado que se ajusta a cada época com os pensamentos dominantes da sociedade” (*Idem*: 7). Havendo uma reconstrução colectiva do passado e uma memória dos grupos sociais ou uma memória colectiva que se apoiam nas percepções e recordações⁵ que são, elas mesmas, informadas pelos vários sistemas de convenções sociais. As palavras e o seu sentido são uma condição do pensamento colectivo. Os homens em sociedade usam as palavras, compreendem o seu sentido, fazem corresponder palavras às recordações e, por sua vez, cada palavra acarreta recordações. Como sublinha Halbwachs, é a linguagem e o sistema de convenções que lhe está ligado que permite reconstruir o passado (*Idem*: 199). Ora, “a sociedade, segundo as circunstâncias, e segundo os tempos, representa o passado de diversas maneiras: ela modifica as suas convenções. Como cada um dos seus membros se submete a essas convenções, inflecte as suas recordações no próprio sentido em que evolui a memória colectiva” (*Idem, Ibidem*).

Os nomes ou as palavras e as suas significações, que se alteram segundo os grupos e os tempos, assim como as ideias e imagens que se ligam às noções (contrariamente a Bergson, a quem se refere, Halbwachs associa a imagem ao conceito), as reflexões decorrentes da experiência, as ideias e os juízos, as crenças sociais (que são tradições e recordações colectivas e também ideias ou convenções que resultam do conhecimento do presente) incorporam os quadros sociais da memória que são colectivos e estáveis, mas também sujeitos à duração e ao tempo que decorre. Por isso, o pensamento social é essencialmente uma memória feita de recordações colectivas, mas reconstruídas segundo os quadros actuais. As ideias tomam corpo em pessoas e grupos que existem no tempo e deixam a sua marca na memória colectiva. As tradições podem conjugar-se com as ideias actuais, considerando Halbwachs que a sociedade não abandona as ideias ou crenças antigas senão encontrando outras, ou seja, só se substituem princípios por princípios e tradições por tradições (2002: 208-210).

À luz do presente recordamos os acontecimentos passados e atribuímos-lhes sentido. Nessa medida, a escolha pelos *media* dos acontecimentos que marcaram o ano que finda, tal como a memória social e individual, é selectiva, actua com princípios de selecção e aplica quadros colectivos e ideias actuais.

Também Peter Burke (1992) lembra que a memória social, como a individual, é selectiva; há princípios de selecção, há modos de transmissão das recordações públicas que mudam ao longo do tempo e que se alteram de um grupo para outro. Considerando que existem diferentes “comu-

⁵ Halbwachs diz que não há percepção sem recordação e, inversamente, não há recordação sem percepção, ou seja, não há recordação que possa ser puramente interior e se conserve somente na memória individual, como não há percepção exterior e isolada, sem o ponto de vista possível dos outros (2002: 196-197).

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

nidades de memória” no interior de uma dada sociedade, alega que é preciso indagar quem lembra o quê e porquê e que versão do passado se regista e se preserva. Isto porque coexistem memórias sociais e memórias alternativas (memórias de família, memórias locais, memórias de classe, memórias nacionais, etc.). É importante, por isso, colocar-se em termos plurais os usos que a recordação pode ter para diferentes grupos sociais que podem dispersar-se em diferentes pontos de vista quanto ao que é significativo ou “digno de memória”. Nessa medida, a memória interessa enquanto fenómeno histórico; ele refere “a história social da recordação”. Existem discrepâncias entre recordações oficiais e não oficiais, divergências entre historiadores que fornecem diferentes versões do passado, sendo que, desde os anos 60 do século XX, os historiadores se aperceberam da importância da “história oral” e da memória. A memória deve, portanto, ser estudada como uma “fonte histórica”, podendo empreender-se uma crítica da fiabilidade da reminiscência tal como tradicionalmente se procede à crítica de documentos históricos.

Assim, Burke considera importante indagar quais as utilizações das recordações ou do passado e quais as utilizações do esquecimento. Paul Ricoeur, em *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (2000) – e diferentemente da tradição das ciências sociais que, com M. Halbwachs e outros autores, defendia a separação entre a memória, com a carga de subjectividade que a acompanha, e a história, que se pretendia objectiva –, coloca a impossibilidade de dissociar a memória da história. A memória pode ser “esclarecida pela historiografia” e a história pode revitalizar a memória. Nessa medida, a memória individual e a memória colectiva passam a integrar o “território do historiador”, colocando Ricoeur o desafio para a historiografia do presente de uma “política da justa memória”. Invoca uma “dívida” em relação às vítimas da história, sem com isso renunciar à autonomia da história e à sua “função correctiva de verdade”. No entanto, como observa, se Auschwitz é considerado um acontecimento “limite”, essa percepção manifesta-se inicialmente na consciência colectiva antes de se exprimir no discurso do historiador. Daí resulta a necessidade de uma “responsabilidade” por parte do historiador tanto em relação ao passado como em relação aos seus contemporâneos. Em termos colectivos e sociais e não exclusivamente historiográficos, o dever de memória é o dever de não esquecer. Por isso há o dever de memória das tragédias do século XX, do holocausto mais especificamente ou do 11 de Setembro, já no século XXI, que impõe a lembrança do passado como tarefa ética e histórica do não esquecimento.

Na construção mediática dos acontecimentos do ano encontramos o esforço de lembrança que é ocasião de luta contra o esquecimento, sendo precisamente o esquecimento a entidade contra a qual o esforço de lembrança é dirigido. Existindo igualmente a instauração-institucionalização de um lugar de re-construção da memória colectiva: os *media* enquanto instituições e dispositivos contemporâneos de configuração semiótico-narrativa da realidade.

2. Processos mediáticos de construção e transmissão da memória colectiva

Na revista *Visão* do dia 25 de Dezembro de 2008 surge o título “*Memória de um ano louco*” (p.26). Em sub-título lê-se: “*Fomos a votos na redacção da Visão para escolher os protagonistas*”.

ISABEL BABO-LANÇA

tas e os momentos mais marcantes de 2008". Na *Visão* de quinta-feira 1 de Janeiro de 2009 surge o apelo à participação do público leitor: "*Eleja as figuras e os acontecimentos de 2008. Terminada a primeira fase de nomeação livre pelos leitores, chegou a hora de escolher, entre os mais mencionados, as figuras e os acontecimentos mais marcantes de 2008. A ESCOLHA É SUA. PARTICIPE!*". Os acontecimentos seleccionados são dados a conhecer e sujeitos a votação: "*ACONTECIMENTO NACIONAL DO ANO, Escolha entre: Luta dos professores, Caso BPN, Magalhães*". "*ACONTECIMENTO INTERNACIONAL DO ANO, Escolha entre: Crise financeira, Eleições nos EUA, Jogos Olímpicos*". A revista explica o processo: "*Pedimos aos leitores que nos enviassem por e-mail as suas sugestões das figuras e dos acontecimentos que, na sua opinião, marcaram 2008, quer a nível nacional, quer a nível internacional*" (*Visão*, quinta-feira, 1 de Janeiro de 2009). Há um acréscimo de sentido e uma dimensão simbólica, na medida em que o conteúdo do discurso jornalístico aufere uma dimensão afectiva, incutida pelas reacções manifestadas pela votação do público, perdendo simultaneamente em informação com carácter de racionalidade. Com a participação dos públicos obtém-se uma dimensão performativa e pragmática: lembrar-se de, recordar-se, seleccionar, escolher são acções em que a memória é exercida. Estes públicos avaliam e expressam valores, sendo também um instrumento de legitimação, ao mesmo tempo que a narrativa do discurso dos *media* adquire ressonâncias consagradoras.

O *Expresso* apresenta um gráfico animado sobre os principais acontecimentos de 2008: "O ano de todas as crises, *Crise financeira*, Vitória de Barack Obama nas eleições presidenciais norte-americanas, *Ataques terroristas na Índia*, *Libertação de Ingrid Bétancourt*" e anuncia: "recorde aqui os principais acontecimentos do ano que agora chega ao fim" (19:30 quarta-feira, 31 de Dezembro de 2008, Revista do Ano 2008 | SIC Online). Em revista científica, "*a possibilidade da produção de células estaminais por reprogramação de células humanas adultas, no desenvolvimento de um processo descoberto em 2006, foi considerada o acontecimento científico do ano pela redacção da revista norte-americana Science*" (IOL PortugalDiário, 19-12-2008 – 13:24h). Na blogosfera também se escolhe o acontecimento do ano: no blogue *Estado Civil* (29-2-08) os acontecimentos do ano, além da crise, são: "*NEGATIVOS: No plano nacional, três leis negativas: a lei do divórcio, o Acordo Ortográfico, a lei do tabaco. POSITIVOS: A revista inglesa Standpoint, Fidel já de fato de treino, O Não dos irlandeses ao Tratado de Lisboa, O concerto de Leonard Cohen em Lisboa, A presidência europeia de Sarkozy, A 'distensão' que se segue à eleição de Obama, A elevação intelectual de Bento XVI, A rainha da Jordânia*". Também é eleito o "acontecimento literário" do ano: "*Não é um, são dois. Durante o mês de Setembro, a Assírio & Alvim vai publicar um livro de Herberto Helder com material poético inédito e Myra, o novo romance de Maria Velho da Costa (...)*" (publicou o Bibliotecário de Babel às 12:36 de segunda-feira, 25 de Agosto de 2008 para o arquivo Geral, Mundo Editorial).

A procura dos acontecimentos do ano pode inscrever-se num dos pólos da oposição, referida por Ricoeur (2000), entre conservação/apagamento, lembrança/esquecimento. Acontece que nunca os humanos dispuseram de meios tecnológicos com a capacidade de registo, armazenamento, conservação e lembrança como na actualidade, o que altera os modos de transmissão

das recordações públicas. Qual a nossa relação com o presente e com o passado segundo estas modalidades de configuração e construção mediáticas é a questão que colocamos.

Presente, futuro e passado do acontecimento

A selecção dos acontecimentos que marcaram o ano que finda estabelece a relação entre o presente da memória de um acontecimento com o passado histórico desse acontecimento, em função da concepção de um futuro desse passado. Essa selecção operada nos *media*, muitas vezes com a colaboração do público e difundida em massa, constitui um processo colectivo de construção e transmissão de uma memória social e de organização do futuro no presente, em termos de expectativas.

No jornal *Público* de sábado dia 3 de Janeiro de 2009, metade da primeira página é ocupada com as letras 2009 e a seguinte frase: *“As coisas que queremos mesmo saber sobre o ano que agora começou”*. Em destaque, na página 2, o título: *“Antecipação. Perguntas e respostas para compreender melhor 2009”*, seguindo-se nas páginas 2, 3, 4 e 5 colunas sequenciais de vinte questões com as respostas respectivas. Em sub-título lê-se *“Perguntas sobre o ano que agora começa há muitas, mas decidimos escolher vinte e procurar resposta para todas elas, da cena política à crise económica, das tensões sociais às alterações climáticas, da ciência ao desporto, da imprensa aos livros. Não procuramos certezas, mas a expressão de tendências ou inquietações, na análise de jornalistas especializados em cada área”* (*Público*, sábado 3 de Janeiro 2009, p.3).

Este entrelaçamento da recepção do passado e da expectativa do futuro na experiência do presente produz um “jogo complexo de intersignificações – como observa Ricoeur – que se exerce entre as nossas expectativas dirigidas para o futuro e as nossas interpretações orientadas para o passado” (1985: 301). Na narrativa jornalística que elabora a experiência temporal, o acontecimento está aberto ao futuro e colocado em relação com o passado. É essa concepção que está subjacente ao seguinte título da revista *Visão*: *“O que 2008 nos ensinou. Da moda à economia, o que é que podemos aprender com os acontecimentos do ano?”* (25 de Dezembro de 2008, p. 32). Há uma dimensão pragmática no acto de recordar o acontecimento (ao recordar, a memória é exercida), reactualizando-o e conferindo-lhe existência presente, ao mesmo tempo que o acontecimento é enquadrado numa configuração narrativa que o re-significa e lhe confere inteligibilidade em função do momento presente e dos seus efeitos conhecidos.

Não obstante, e quase inversamente, no fluxo constante das informações jornalísticas há uma desvalorização da memória, como faz notar Muniz Sodré (2009: 30), “fruto de uma temporalidade imediata, centrada num presente contínuo e progressivamente efémero”. Sodré assinala que a experiência do tempo, no mundo da tecnologia das redes, se altera, na medida em que “a ordem temporal sucessiva dá lugar à simultaneidade e à hibridação” (2009: 30). O fluxo veloz das informações, a temporalidade imediata, o presente contínuo e efémero terão como efeito a desvalorização da memória. A informação jornalística, a televisiva em particular, difun-

ISABEL BABO-LANÇA

de “actualidades” efémeras, pedaços de acontecimentos que se sucedem uns aos outros. Romano (1998), que se arroga uma perspectiva crítica ao analisar o acontecimento jornalístico e a sua experiência temporal, observa que, fora do seu contexto de ocorrência, os acontecimentos jornalísticos, desenraizados, *desmundializados* ou sem mundo, “engrenam-se uns nos outros em virtude de uma «lógica» puramente fortuita” (Romano, 1998: 284) e sucedem-se sem se articularem entre si, em consequência de uma informação que se faz dia-a-dia, na contemporaneidade das ocorrências. A periodicidade do acontecimento jornalístico “decretada antecipadamente é o indício de que este acontecimento foi despojado pelo dispositivo jornalístico da sua temporalidade própria” (*Idem*: 281). É por isso esquecido tão depressa quanto é sentido, não dando lugar a uma autêntica temporalização da experiência e, nessa medida, à elaboração da memória. O homem moderno é um homem sem memória, graças à velocidade das informações que, à medida que aparecem, são substituídas por outras notícias, tornando-se o acontecimento um “objecto de consumo corrente” (*Idem, Ibidem*). Acrescendo ainda que a notícia implica sempre uma série de mediações, filtragens, com testemunhos mediados, formatados, normalizados, adaptados a rubricas já prontas.

Cremos que esta sequencialidade ininterrupta dos acontecimentos nos *media* altera a nossa relação com o presente e por isso também com o passado e com a história. Pierre Nora (2002) refere, em termos temporais, o fenómeno de “aceleração da história” (cf. Daniel Halévy): o fenómeno mais contínuo e permanente não é mais a permanência e a continuidade, mas a mudança que é cada vez mais rápida e o passado afasta-se cada vez mais depressa. Daqui resulta a quebra da unidade e linearidade do tempo histórico que unia o presente ao passado e ao futuro. Ora, hoje, a incerteza sobre o que será o futuro, considera Nora, produz no presente uma obrigação de lembrança (o “dever de memória”⁶), numa época em que o homem dispõe de meios técnicos de conservação sem precedente.

É por isso que se Sodré e Romano são críticos no que respeita à elaboração do presente e   memória, contudo nunca anteriormente como na nossa actualidade os humanos se preocuparam tanto com o registo das ocorrências, a conservação desses registos, os bancos de dados, os arquivos, dispondo dos meios tecnológicos para o fazer. Ora o “dever de memória” que avassala o presente, como observa Nora, é fruto da incapacidade de antecipação do futuro e da ausência de dimensão teleológica da história. O passado e a tradição são hoje reencontrados por meio de operações de reconstrução documental, monumental, de culto do patrim nio e do arquivo (museus, arquivos, bibliotecas, colecções, *stocks*, bancos de dados, cronologias, etc.), que fazem da memória uma memória construída. O presente autonomiza-se como categoria de inteligibilidade, havendo uma ligação entre presente e memória porque o passado não é mais garantia do futuro, tornando-se a memória agente dinâmico e promessa de continuidade. Se não contradiz a ideia do presente contínuo da temporalidade imediata e da simultaneidade de que fala Sodré, Nora não reconhece o apagamento da memória. Pelo contrário, v  na incerteza do futuro a explicação para

⁶ Enquanto Paul Ricoeur prefere a expressão “trabalho de memória” (“travail de mémoire”), Nora aceita a expressão “dever de memória” desde que esta adquira um sentido mais lato do que o sentido moral, ligado ao patrim nio, ligado à “perda” e não   “d vida”.

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

a inflação da comemoração e da memória. Assiste-se, em termos sociais e colectivos, a uma “democratização” da história e valorização da “memória colectiva”: “memória” nacional, movimentos de emancipação das etnias, grupos, povos, indivíduos. Emergência de todas as formas de memória das minorias, para quem, como observa Nora, a recuperação do seu passado faz parte integrante da afirmação de identidade.

O autor reconhece um movimento de sacralização da memória – fala-se e valoriza-se a noção de “memória colectiva” – e os efeitos da supremacia da memória: intensificação rápida dos usos do passado, usos políticos, turísticos, comerciais, inflação das comemorações e celebrações nacionais. Comemorou-se o bicentenário da revolução francesa, comemoram-se os 20 anos da queda do muro de Berlim, os 50 anos do monumento religioso Cristo-Rei em Almada, o 11 de Setembro, o centenário da implantação da República em Portugal, etc. Estamos na “era da comemoração”. Nora propõe que o “dever de história” se imponha hoje em relação ao “dever de memória”, que ele próprio defendeu⁷. Não tendo hoje o historiador o exclusivo da produção do passado, partilhando este papel com os *media*, com a testemunha, com o juiz e com o legislador. Destacando-se neste texto a criação de discursos e dispositivos mediáticos de construção e exaltação da memória social.

3. A configuração mediática dos acontecimentos do ano e a memória colectiva

Recentrando a questão nos *media* e na informação jornalística em particular, o presente é menos o da duração e continuidade (como nota Nora, à permanência e continuidade substitui-se a mudança rápida) e mais o do acontecer. De que resulta a efemeridade de um presente que, contudo, está sempre aí (presente), embora sem a unidade e linearidade do tempo histórico (que une o presente ao passado e ao futuro). A sequência ininterrupta das notícias do presente, designadas elas mesmas de “actualidades” segundo uma lógica eventiva ou acontecimental, convive com momentos de celebração do acontecimento, cujo registo subjacente é o de construção de uma memória colectiva pelos jornalistas com ou sem o contributo dos públicos, pisando o terreno da historiografia.

A selecção pelos *media* dos acontecimentos que marcaram o ano que finda constitui um processo de construção e transmissão da memória social, que estabelece uma relação entre o presente da memória de um acontecimento com o seu passado, podendo constituir igualmente um processo de silenciamento de um passado, em função de expectativas. O acontecimento do ano é uma ocorrência passada que pode eventualmente adquirir a dimensão de “acontecimento

⁷ Há aqui toda uma problemática ampla e intrincada que vai de uma concepção clássica da memória como individual e subjectiva e da história como saber objectivo, à ideia da memória colectiva dos grupos (que Halbwachs tratou) e, hoje, à sacralização da memória colectiva como lugar de construção da história e das identidades. Ricoeur (2000), embora considere que a memória deve ter lugar na historiografia, constituindo o testemunho uma instância de transição entre a memória e a história, também alerta que o uso da memória comporta a possibilidade do seu abuso, tendo sobretudo em atenção a vulnerabilidade da memória que resulta da relação entre a ausência da coisa recordada e a sua presença sob o modo da representação (ver Ricoeur, 2000: 69).

ISABEL BABO-LANÇA

*futurante*⁸. Na narrativa jornalística, que organiza a experiência temporal, o acontecimento está aberto ao futuro e colocado no passado, adquirindo uma espécie de não espacialidade ao ser eleito como ocorrência duplamente temporal (*"O que 2008 nos ensinou. Da moda à economia, o que é que podemos aprender com os acontecimentos do ano?"*, *Visão* 25 de Dezembro de 2008, p. 32; *"As notícias que gostaríamos de dar em 2009"*, *Visão*, 1 de Janeiro de 2009 (capa), Dossier especial: *"2009 que nós queríamos"*, pp. 36-61).

Em certo sentido, determinados acontecimentos do ano poderão adquirir o estatuto de "acontecimento fundador" (Ricoeur, 1985)⁹, porque abrem a novos tempos, estabelecendo como que um "momento axial" que funciona como um ponto zero a partir do qual outros acontecimentos são datados (nascimento de Cristo, nascimento de um tal soberano, a revolução do 25 de Abril em Portugal que rompe com um estado de coisas anterior e inaugura um futuro e um devir novos). Como analisa Ricoeur, é a noção fenomenológica do presente, em termos do hoje em função do qual há um amanhã e um ontem, que nos permite "atribuir sentido à ideia de um acontecimento novo que rompe com uma era anterior e que inaugura um curso diferente de tudo o que o precedeu" (1985: 158). O momento axial é, como dizia Benveniste (citado por Ricoeur, 1985: 159), "um acontecimento tão importante que é suposto dar às coisas um curso novo". Este momento é definido retrospectivamente ou retroactivamente como "acontecimento fundador" (Ricoeur, 1985), sendo sobretudo as narrativas que acerca dele fazemos que o elevam a um tal estatuto.

Na selecção realizada pela revista *Visão*, no dossier com o título supra-citado *"Memória de um ano louco"* (25 de Dezembro de 2008), diz-se: *"Barack Obama e Nelson Évora foram as figuras eleitas, enquanto nos acontecimentos venceram a crise económica e a contestação dos professores"*. A eleição de Obama pode ser encarada como um acontecimento fundador que inaugura uma nova era: *"independentemente do desempenho da sua administração, Barack Obama já cometeu o feito de ser o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos"* (*Visão*, 25 de Dezembro de 2008, p.26). Este acontecimento datado, que se comemora, é o momento axial ou a data inaugural em função do qual nos podemos referir a outros acontecimentos (*"antes de Obama..."*, *"depois de Obama..."*). A inteligência narrativa, como considera Ricoeur (1991: 49), exerce uma dupla função: integra o acontecimento (quase o anulando enquanto aquilo que irrompe e nos apanha de surpresa) e exalta-o como o que engendra o sentido, sobretudo se entendi-

⁸ Na revista *Visão* de 25 de Dezembro de 2008, em balanço do ano, Eduardo Lourenço diz: "Tenho para comigo que os anos pares não costumam trazer surpresas. Mas, afinal, 2008 acabou por ser uma grande surpresa. Não sendo uma vitória anunciada, a vitória de Barack Obama reveste-se, *a posteriori*, de uma grande lógica no que diz respeito à mudança da realidade social americana. Aquele povo está cheio de marcas da guerra da Secessão, que, até hoje, divide nortistas e sulistas, europeus e descendentes de escravos. A eleição de Obama pode, por isso, ser lida como uma vitória futurante, na medida em que abre para um futuro completamente diferente" (Eduardo Lourenço, *Visão*, 25 de Dezembro de 2008, p.26) (sublinhado nosso).

⁹ Esta concepção do acontecimento fundador é exposta por Ricoeur em *Temps et Récit III* (Le temps raconté, 1985) e é retomada em *Événement et sens* (1991).

"Pode bem dizer-se – com Ricoeur (1991: 52) – que enquanto ocorrências [os acontecimentos fundadores] são muitas vezes acontecimentos insignificantes, correntes, mesmo até amplamente fictícios. Pode sobretudo dizer-se que são as narrativas que a propósito deles se constroem que, tornando-os grandiosos, os erguem em acontecimentos fundadores. (...) a sua narração tornou-se constitutiva da identidade, que se pode designar narrativa, dessas comunidades, desses indivíduos. O acontecimento é assim qualificado retrospectivamente, ou melhor, retroactivamente como fundador: é-o por um acto de comemoração mais ou menos sacralizada em celebração".

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

do enquanto acontecimento fundador. Este oferece-se como matriz de outros acontecimentos, em última instância como aquele em função do qual se pode ler a realidade.

No entanto, a esse acréscimo de sentido e dimensão simbólica que os acontecimentos adquirem ao serem eleitos como ocorrências que marcaram o ano, pode combinar-se também um estatuto ambíguo entre a celebração e a degradação. Na revista *Visão* (25 de Dezembro de 2008) surge "*Balanço do Ano. 20 lições*" (título já mencionado anteriormente) "Figuras . Acontecimentos . Álbum de fotos . Mapa do mundo . O que se disse". "*O que 2008 nos ensinou. Da moda à economia, o que é que podemos aprender com os acontecimentos do ano?*": "1. 'Um choque petrolífero... ou talvez não'; 2. 'Sim, um negro já era possível'; 3. 'PSD: um partido à beira do eclipse'; 4. 'O País mais perigoso do mundo'; 5. 'O dinheiro não nasce nas árvores'; 6. 'No princípio era a avaliação'; ..." etc. Tratam-se de narrativas híbridas entre a informação, o comentário e a opinião ("Sim, um negro já era possível. E pronto. Contaram-se os votos na noite de 4 de Novembro e, afinal, o Tom Bradley effect tinha morrido..."); com um crescendo em generalidade, redução de conteúdo informativo e simplificação; com uma temporalidade comprimida; uso de uma linguagem figurada que visa criar impacto, falta de rigor e por vezes depreciação ("O dinheiro não nasce nas árvores. O mundo financeiro estava embriagado com as rendibilidades conseguidas no mercado hipotecário dos EUA...", p. 33); ressaltando um carácter repetitivo e de combinação da informação com o comentário e a crónica ("... Contra os vaticínios mais pessimistas, foi mesmo possível um negro tornar-se o 44º Presidente dos EUA. Mas o entusiasmo mundial que se seguiu à vitória não tardou a esfriar um pouco. Obama escolhia para a nova administração...", p. 32). Em termos das práticas jornalísticas haveria ainda que analisar os critérios utilizados para hierarquizar a importância dos acontecimentos ou a importância jornalística da notícia dos mesmos; os processos utilizados; a existência de figuras típicas de pertinência, etc.

Para finalizar (e não para concluir), consideramos que nos *media* a selecção do que se entende ter marcado o passado e o presente constitui um mecanismo de apropriação, construção e transmissão de uma memória colectiva, que intervém na nossa relação aos acontecimentos e aos seus sentidos e na nossa apropriação do passado e da história. Ao mesmo tempo, comporta um acto de celebração e comemoração (positiva: a eleição de Barack Obama tem a carga de celebração positiva, ou negativa: a crise financeira), detendo um carácter ritualizado. No processo comemorativo retira-se o acontecimento do passado para introduzi-lo na realidade e nos problemas do presente.

A celebração mediática dos acontecimentos do ano exerce a acção pragmática de os instituir enquanto tal, pelo esforço da lembrança, com acréscimo de sentido e re-elaborando a memória colectiva ou, simplesmente, a nossa memória.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO (Santo). *Confissões*, Livro XI.

BABO-LANÇA, I. (2005). "A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública", *Trajectos*, 6, Lisboa: ISCTE, pp. 85-94.

ISABEL BABO-LANÇA

- BABO-LANÇA, I. (2006). *A configuração dos acontecimentos públicos. O caso República e as manifestações nos Açores em 1975*, Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- BASTIDE, R., *Encyclopediae Universalis*, pp. 129-130.
- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. (1985). *A Construção Social da Realidade* [1966], Petrópolis: Vozes.
- BURKE, Peter (1992). *A História como Memória Social* In: *O Mundo como Teatro – Estudos de Antropologia Histórica*. Lisboa: Difel.
- ELIAS, N. (1984). *Du Temps*, Paris: Fayard.
- HALBWACHS, M. (2002). *Les cadres sociaux de la mémoire* [1925], Paris: PUF.
- KOSELLECK, R. (1990). *Le Futur Passé*, Paris: Ed. EHESS.
- MERLEAU-PONTY, M. (1989). *Phénoménologie de la Perception* [1945], Paris: Gallimard.
- QUÉRÉ, L. (2000). "Individuation des événements dans le cadre de l'expérience publique", in S. Ostrowestsky (org.). *Processus du sens*, Paris: L'Harmattan.
- NORA, Pierre (1974). "Le retour de l'événement", in Jacques Le Goff e Pierre Nora, *Faire de l'histoire*, Paris : Gallimard, pp. 210-228.
- NORA, Pierre (2002). *L'avènement mondial de la mémoire*, Published 2002-04-19. Original in French First published in Transit 22/2002.
- RICŒUR, P. (1991). "Événement et sens", *Raisons pratiques* 2, Paris : Ed. EHESS, pp. 41-56.
- RICŒUR, P. (1985). *Temps et Récit III. Le Temps Raconté*, Paris: Le Seuil.
- RICŒUR, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris: Points.
- ROMANO, C. (1998). *L'événement et le monde*, Paris: PUF.
- SODRÉ, Muniz (2009). "Mutações do discurso informativo", *Trajectos* nºs 13-14, pp. 29-33.